

Ilustríssima Oficiala do Registro de Imóveis de Caeté-MG

Nome: _____, nacionalidade: _____, Portador(a) da
carteira de identidade _____, CPF: _____, estado civil: _____, convive em união
estável: () Sim () Não, profissão: _____, filho (a) de:
_____, residente e domiciliado(a) na
_____, número _____, no bairro
_____, na cidade de _____, estado _____ telefone(s)
_____, e-mail _____.

*Dados necessários conforme Provimento nº 61/2017/CNJ

Venho requerer de Vossa Senhoria que seja realizado o ato consubstanciado no mandado judicial, declarando, na forma e nos termos do art. 20, § 1º, da Lei nº 15.424, para fins de isenção dos respectivos emolumentos e taxa de fiscalização judiciária incidentes sobre o ato acima descrito, que sou pobre no sentido legal e que não paguei honorários advocatícios no processo judicial ou administrativo do qual decorreu o ato a ser praticado, bem como declaro-me ciente de que a falsidade da presente declaração implicará responsabilidade civil e criminal (art. 299 Código Penal).

Declaro-me, ainda, ciente que o Oficial poderá solicitar a apresentação de documentos que comprovem os termos da declaração, conforme dispõe o art. 140 do Código de Normas – Provimento Conjunto 93/2020.

Em observância ao disposto no Art. 4º, §2º, do Provimento 61 de 2017 CNJ, declaro que desconheço/não possuo os dados de qualificação não fornecidos neste Requerimento e/ou nos documentos apresentados.

Nestes termos, pede deferimento.

Caeté - MG, ____ de ____ de ____.

Assinatura(s) do(s) requerente(s)

OBSERVAÇÕES:

O requerimento deverá ser apresentado com firma reconhecida, sendo dispensado o reconhecimento de firma em caso de assinatura presencial.

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.